

Secretaria

*Regimento
Interno
da
Câmara
Municipal
de*

Santa Luz

SUMÁRIO

Apresentação	04
Título I	
Da Câmara Municipal	
Capítulo I	
Das funções da Câmara	
Arts. 1º a 6º	05
Capítulo II	
Da sede da Câmara	
Arts. 7º a 10º	06
Capítulo III	
Da instalação da Câmara	
Arts. 11º a 19º	06
Título II	
Dos órgãos da Câmara Municipal	
Capítulo I	
Da Mesa da Câmara	
Seção I	
Da formação da Mesa e de suas modificações	
Arts. 20º a 29º	08
Seção II	
Da competência da Mesa	
Arts. 30º a 35º	10
Seção III	
Das atribuições específicas dos membros da Mesa	
Arts. 36º a 43º	11
Capítulo II	
Do Plenário	
Arts. 44º a 46º	15
Capítulo III	
Das Comissões	
Seção I	
Da finalidade das Comissões e de suas modalidades	
Arts. 47º a 57º	18
Seção II	
Da formação das Comissões e de suas modificações	
Arts. 58º a 64º	20
Seção III	
Do funcionamento das Comissões Permanentes	
Arts. 65º a 78º	22
Seção IV	
Da competência das Comissões Permanentes	
Arts. 79º a 86º	25
Título III	
Dos Vereadores	
Capítulo I	
Do exercício da Vereança	
Arts. 87º a 90º	27
Capítulo II	
Da interrupção e da suspensão do exercício da Vereança e das vagas	
Arts. 91º a 95º	28

Capítulo III	
Da liderança parlamentar	
Arts. 96º a 99º	29
Capítulo IV	
Das incompatibilidades e dos impedimentos	
Arts. 100º e 101º	30
Capítulo V	
Da remuneração dos agentes políticos	
Arts. 102º a 108º	30
Título IV	
Das proposições e de sua tramitação	
Capítulo I	
Das modalidades de proposição e de sua form.	
Arts. 109º a 114º	31
Capítulo II	
Das proposições em espécie	
Arts. 115º a 125º	32
Capítulo III	
Da apresentação e da retirada da proposição	
Arts. 126º a 134º	35
Capítulo IV	
Da tramitação das proposições	
Arts. 135º a 147º	37
Título V	
Das sessões da Câmara	
Capítulo I	
Das sessões em geral	
Arts. 148º a 157º	39
Capítulo II	
Das sessões Ordinárias	
Arts. 158º a 170º	42
Capítulo III	
Das sessões Extraordinárias	
Arts. 171º e 172º	45
Capítulo IV	
Das sessões solenes	
Art. 173º	47
Título VI	
Das discussões e das deliberações	
Capítulo I	
Das discussões	
Arts. 174º a 184º	46
Capítulo II	
Da disciplina dos debates	
Arts. 185º a 191º	58
Capítulo III	
Das deliberações	
Arts. 192º a 208º	51
Capítulo IV	
Da concessão de palavra aos cidadãos em sessões e Comissões	
Arts. 209º a 213º	54

Título VII

Da elaboração legislativa especial e dos procedimentos de controle

Capítulo I

Da elaboração Legislação Especial

Seção I

Do orçamento

Arts. 214º a 218º

55

Seção II

Das codificações

Arts. 219º a 221º

56

Capítulo II

Dos procedimentos de controle

Seção I

Do julgamento das contas

Arts. 222º a 225º

57

Seção II

Do processo de perda de mandato

Arts. 226º a 228º

58

Seção III

Da convocação dos Secretários Municipais

Arts. 229º a 235º

58

Seção IV

Do processo destituidório

Art. 236º

59

Título VIII

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

Capítulo I

Das questões de Ordem e dos Precedentes

Arts. 237º a 241º

60

Capítulo II

Da divulgação do Regimento e de sua reforma

Arts. 242º a 244º

61

Título IX

Da gestão dos serviços internos da Câmara

Arts. 245º a 254º

61

Título X

Disposições gerais e transitórias

Arts. 255º a 261º

63

ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Luz

Apresentação

Este Regimento da Câmara de Vereadores de Santa Luz, foi elaborado no sentido de servir da melhor maneira a esta Casa; porta voz de anseios, dificuldades e aspirações de nosso povo.

Deve ter imperfeições, porque não foi elaborado por nenhum grande Jurista, mas por poucas mãos de Edil desta Casa, porém, tenho certeza absoluta que se for seguido, já teremos em parte atingido nossos objetivos políticos.

Penso que, se toda vez que praticarmos um ato por menor que seja, e estivermos voltados aos menos favorecidos pelo destino da vida, pelo dever que temos, mais ainda, de defendê-los que aos privilegiados, podemos dizer que somos políticos na essência da palavra e não meros assinantes de papéis manobrados por grupos e motivos que nos envergonham, pois temos que ter sinceridade e determinação no trato da coisa pública.

Santa Luz, 07 de dezembro de 1991

Samuel Hedenc Cunha Macêdo

Presidente da Câmara

2ª edição

Regina Wendy Brasil Gonsalves

Presidente da Câmara (biênio 1997-98)

janeiro de 1997

ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZ

PROJETO DE RESOLUCAO Nº XXXI DE 07 DE DEZEMBRO DE 1990.

Estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Luz, Estado da Bahia:

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo as seguintes Resoluções Legislativas.

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art.1º- O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento Político-Administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art.2º- As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de Emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativo e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município, bem como a apreciação de medidas provisórias.

Art.3º- As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas estas àquelas da própria Câmara, sempre mediante auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios.

Art.4º- As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

Art.5º- As funções julgadoras ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativa previstas em lei.

Art.6º- A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação da administração de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA

Art.7º- A Câmara Municipal tem sua sede no prédio de nº 09 na Praça Cel. José Leitão, sede do Município.

Art.8º- As sessões da Câmara serão realizadas em imóvel destinado a seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele, exceto as sessões solenes.

Art.9º- No recinto de reuniões do Plenário, não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadro, faixa, cartazes ou fotografia que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

-Parágrafo único- O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira do País, do Estado ou Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado.

Art.10º- Somente por deliberação do Plenário e quando o interesse público o exigir, poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade.

CAPÍTULO III

DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA

Art.11º- A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão especial, às 17:00 horas do dia previsto pela Lei Orgânica Municipal como o de início da legislatura, quando será Presidida pelo Vereador que mais recente tenha exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais votados entre os presentes.

-Parágrafo único- A instalação ficará adiada para o dia seguinte , e assim sucessivamente , se à sessão que lhe corresponder não houver o comparecimento de pelo menos 3 (três) Vereadores e , se essa situação persistir , até o ultimo dia do prazo a que se refere o Art.14° ; a partir deste a instalação será presumida para todos os efeitos legais .

Art.12°- Os Vereadores , munidos do respectivo diploma , tomarão posse na sessão de instalação , perante o Presidente provisório a que se refere o Art.11° , o que será objeto de termo lavrado em livro próprio por Vereador Secretário ad hoc indicado por aquele , e após haverem todos manifestado compromisso , que será lido pelo Presidente , que consistirá da seguinte fórmula :

"Prometo cumprir a Constituição Federal , a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal , observar as leis , desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar de seu povo".

Art.13°- Prestado o compromisso pelo Presidente o Vereador Secretário ad hoc fará a chamada nominal de cada Vereador ; que declarará :

"Assimto prometo"

Art.14°- O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no Art.12° deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias , salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal , e prestará compromisso individualmente utilizando a fórmula do Art.12° .

Art.15°- Imediatamente após a posse , os Vereadores apresentarão a declaração de bens ; repetida quando do término do mandato , sendo ambas transcrita em livro próprio resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público .

Art.16°- Cumprido o disposto do Art.15° , o Presidente provisório facultará a palavra por 5 (cinco) minutos , a cada um dos Vereadores indicados pela respectiva bancada e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se .

Art.17°- Seguir-se-á às orações a eleição da Mesa (ver Art.22°) na qual somente poderão votar ou ser votados os Vereadores empossados .

Art.18°- O Vereador que não se empossar no prazo previsto do Art.14° , não mais poderá fazê-lo aplicando-se-lhe o disposto no Art.93° .

Art.19°- O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato , não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização , o que se dará , impreterivelmente , no prazo a que se refere o Art.14° .

TÍTULO II
DOS ORGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DA MESA DA CÂMARA

SEÇÃO I
DA FORMAÇÃO DA MESA E DE SUAS MODIFICAÇÕES

Art.20º- A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, um primeiro e segundo Secretários, eleitos para o mandato de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art.21º- Findos os mandatos dos membros da Mesa, proceder-se-á à renovação desta para os 2 (dois) anos subsequentes, ou segunda parte da legislatura.

Art.22º- Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sobre a Presidência do Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais votado entre os presentes e havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§1º- Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Vereador que mais ressentemente tenha exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais votados entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleito a Mesa.

~~§2º- A eleição para a Mesa far-se-á obrigatoriamente na última sessão Ordinária do período legislativo, supressão dos eleitos na data de 01 de janeiro do ano subsequente a data de eleição.~~

§3º- A eleição dos membros da Mesa far-se-á por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos na Mesa e utilizando-se para votação cédulas únicas de papel, datilografadas ou impressas, as quais serão recolhidas em urna que circulará pelo Plenário por intermédio de servidor da Casa expressamente designado.

§4º- A votação far-se-á pela Chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos Vereadores, pelo Presidente em exercício, o qual procederá à contagem dos votos e à proclamação dos eleitos.

Art.23°- Na hipótese da instalação presumida da Câmara, a que se refere o parágrafo único do art. 11°, o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara, com todas as prerrogativas legais, cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto nos arts. 90° e 92° e marcar a eleição para o preenchimento dos diversos cargos da Mesa.

Art.24°- Em caso de empate nas eleições para o membro da Mesa, proceder-se-á a segundo escrutínio para desempate e, se o empate persistir, a terceiro escrutínio, após o qual, se ainda não tiver havido definição, o concorrente mais votado nas eleições municipais será proclamado vencedor.

Art.25°- Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício.

Art.26°- Vagando-se o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente da Mesa, haverá eleições suplementares para o seu preenchimento no Expediente da primeira sessão ordinária seguinte à verificação de vaga.

-Parágrafo único- Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á nova eleição na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

Art.27°- Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I- Extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II- Licenciar-se o membro da Mesa do mandato de Vereador por prazo superior a 6 (seis meses).

* III- Houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular com aceitação do Plenário;

IV- For o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário.

Art.28°- A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na mesa será feita mediante justificação escrita apresentada no Plenário.

Art.29°- A destituição de membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalectido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores acolhendo a representação de qualquer Vereador (ver art. 236° e parágrafos).

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DA MESA

Art.30º- A Mesa e o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art.31º- Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

I- Propor ao Plenário projetos de resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixem as correspondentes remunerações iniciais;

II- Propor as resoluções e os decretos legislativos que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;

III- Propor as resoluções e os decretos legislativos concessivos de licenças e afastamentos do Prefeito e aos Vereadores;

IV- Elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 de agosto após a aprovação pelo Plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo, na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa;

V- Declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;

VI- Representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito Federal;

VII- Organizar cronogramas de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse mensal das mesmas pelo Executivo;

VIII- Proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;

IX- Deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias na Câmara;

X- Receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XI- Assinar, por todos os seus membros, as resoluções e os decretos legislativos;

XII- Autografar os projetos de lei aprovados, para a sua remessa ao Executivo;

XIII- Deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;

XIV- Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior (ver art. 133°).

Art.32°- A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

Art.33°- O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições, pelo Secretário.

Art.34°- Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário ad hoc.

Art.35°- A Mesa reunir-se-á, independentemente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da Edilidade que, por sua especial relevância, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS DA MESA

Art.36°- O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art.37°- Compete ao Presidente da Câmara:

I- Representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandato de segurança contra ato da Mesa ou Plenário;

II- Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III- Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno.

IV- Promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberam sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

V- Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI- Declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;

- VII- Requisitar o numerario destinado às despesas da Câmara;
- VIII- Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;
- IX- Designar Comissões Especiais nos termos deste Regimento Interno, observadas as indicações partidárias;
- X- Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
- XI- Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XII- Administrar o serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;
- XIII- Representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades Federais Estaduais e Distritais e perante as entidades privadas em geral;
- XIV- Credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
- XV- Fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria;
- XVI- Conceder audiências ao público, a seu critério, em dias e horas prefixados;
- XVII- Requisitar força, quando necessário à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;
- XVIII- Empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura dos membros nos respectivos cargos perante o Plenário;
- XIX- Declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Vereador e de Suplente, nos casos previstos em lei ou em decorrência de decisão judicial, em face de deliberação do Plenário, e expedir decreto legislativo de perda de mandato;
- XX- Convocar suplente de Vereador, quando for o caso (ver art. 95º);
- XXI- Declarar destituído membro da Mesa ou de Comissão Permanente; nos casos previstos neste Regimento (ver arts. 29º e 63º);
- XXII- Designar os membros das Comissões Especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes (ver art. 59º);
- XXIII- Convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões prevista no art. 35º deste Regimento;

XXIV- Dirigir as atividades legislativas da Câmara em Geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, e em especial exercendo as seguintes atribuições:

- a) Convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar aos Vereadores as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa, inclusive no recesso;
- b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
- c) Abrir, presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspendê-las quando necessário;
- d) Determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada sessão;
- e) Cronometrar a duração do expediente e da ordem do dia e do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;
- f) Manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
- g) Resolver as questões de ordem;
- h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar o respeito, se o requerer qualquer Vereador (ver art. 240º § 2º);
- i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
- j) Proceder à verificação de quorum de ofício ou a requerimento de Vereador;
- l) Encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando-lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear relator ad-hoc nos casos previstos neste Regimento;

XXV- Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

- a) Receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolizar;
- b) Encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações, quando haja convocação da Edilidade em forma regular;

d) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;

e) Proceder a devolução à Tesouraria da Prefeitura de saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

~~XXVI- Determinar a prestação de contas da Câmara Municipal e dos seus membros e dos seus funcionários, bem como a prestação de contas dos servidores e dos empregados do movimento municipal.~~

XXVII- Determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara quando exigível;

XXVIII- Apresentar ao Plenário, mensalmente o balancete da Câmara dos meses anteriores;

XXIX- Administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo vantagens legalmente autorizadas; determinando a apuração de responsabilidades administrativas civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades; julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara; praticando quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão;

XXX- Mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

XXXI- Exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

XXXII- Dar movimento ao recurso de que trata o art. 55, § 1º, deste Regimento.

Art.38º- O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art.39º- O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art.40º- O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços) e ainda nos casos de desempate, de eleição e de destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes e em outros previstos em lei.

-Parágrafo único- O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art.41º- Compete ao Vice-Presidente da Câmara:

I- Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II- Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido.

Art.42º- Compete ao primeiro Secretário:

I- Ler toda a matéria do expediente e a que se tenha de deliberar e dar-lhe o destino conveniente.

Art.43º- Compete aos Secretários :

I- Gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos Vereadores;

II- Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III- Substituir os demais membros da Mesa, quando necessário;

IV- Ler a ata, as proposições e demais papeis que devam ser de conhecimento da Casa;

V- Fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

VI- Redigir as atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;

CAPÍTULO II

DO PLENÁRIO

Art.44º- O Plenário e o órgão deliberativo da Câmara, constituído-se do conjunto dos Vereadores em Exercício em local, forma e quorum legais para deliberar.

§1º- O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunira, por decisão própria, em local diverso.

§2º- A forma legal para deliberar é a sessão.

§3º- Quorum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

§4º- Integra o Plenário o suplente de vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§5º- Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art.45º- As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, maioria absoluta ou por maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações legais e regimentais expressas em cada caso.

-Parágrafo único- Sempre que não houver determinação expressa as deliberações serão tomadas por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art.46º- São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

I- Elaborar as leis municipais sobre matérias de competência do Município;

II- Discutir e votar o orçamento anual o plano plurianual e as diretrizes orçamentarias;

III- Apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV- Autorizar, sob a forma da lei, observadas as restrições constantes da constituição e da legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos:

a) Abertura de créditos adicionais, inclusive para atender a subvenções e auxílios financeiros;

b) Operações de créditos;

c) Aquisição onerosa de bens imóveis;

d) Alienação e oneração real de bens imóveis municipais;

e) Concessão e permissão de serviço público;

f) Concessão de direito real de uso de bens municipais;

g) Participação em consórcios intermunicipais;

h) Alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

V- Expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

a) Perda do mandato de Vereador;

b) Aprovação ou rejeição das contas do Município;

c) Concessão de licença ao Prefeito nos casos previstos em lei;

d) Consentimento para o Prefeito se ausentar do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias;

e) Atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade;

f) Fixação ou atualização da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;

g) Regulamentação das eleições dos conselheiro distritais;

h) Delegação ao Prefeito para a elaboração legislativa;

VI- Expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto aos seguinte;

a) Alteração do Regimento Interno;

b) Destituição de membro da Mesa;

c) Concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em lei;

d) Julgamento de recursos de sus competência, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento;

e) Constituição de comissões especiais;

f) Fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores;

VII- Processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VIII- Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de administração quando delas careca;

IX- Convocar os auxiliares diretos do Prefeito para explicações perante o Plenário sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara sempre que assim o exigir o interesse público (ver arts. 229º e 235º);

X- Eleger a Mesa e as Comissões permanentes e destituir os seus membros na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XI- Autorizar a transmissão por radio ou televisão, ou a filmagem e a gravação de sessões da Câmara;

XII- Dispor sobre a realização de sessões sigilosas nos casos concretos (ver art. 151º).

XIII- Autorizar a utilização do recinto da Câmara para fins estranhos à sua finalidade, quando for do interesse público;

XIV- Propor a realização de consulta popular na forma da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO III DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

DA FINALIDADE DAS COMISSÕES E DE SUAS MODALIDADES

Art.47º - As comissões são órgãos técnicos compostos de 3 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação no Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da administração.

Art.48º - As Comissões da Câmara são Permanentes e Temporárias.

Art.49º - As Comissões Permanentes incumbem estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

-Parágrafo único- As Comissões Permanentes são as seguintes:

- I- De Legislação, Justiça e Redação Final;
- II- De Finanças e Orçamento;
- III- De Obras e Serviços Públicos;
- IV- De Educação, Saúde e Assistência.

Art.50º - As Comissões Especiais destinadas a proceder a estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seu trabalhos.

Art.51º - A Câmara pode constituir Comissões Especiais de Inquérito, com a finalidade de apurar irregularidade administrativas do Executivo, da Administração indireta e da própria Câmara.

-Parágrafo único- As denúncias sobre irregularidade e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão de Inquérito.

Art.52º - As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara mediante requerimentos de 1/3 (um terço) de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art.53º- A Câmara constituirá Comissão Especial Processante a fim de purgar a prática de infração político-administrativa de Vereador, observando o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art.54º- Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art.55º- As Comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I- Discutir e votar as proposições que lhes forem distribuídas sujeitas à deliberação do Plenário; -

II- Discutir e votar projetos de lei, dispensada a competência do Plenário, excetuados os projetos:

- a) De lei complementar;
- b) De código;
- c) De iniciativa popular;
- d) De Comissão;
- e) Relativos à matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante o §1º do art. 68º da Constituição Federal;
- f) Que tenham recebido pareceres divergentes;
- g) Em Regime de urgência especial e simples;

III- Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV- Convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

V- Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI- Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII- Apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VIII- Acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentaria, bem como a sua posterior execução.

§1º- Na hipótese do inciso II deste artigo e dentro de 3 (três) sessões a contar da divulgação da proposição na ordem do dia, o recurso de que trata o art. 58º, § 2º, I, da Constituição Federal, dirigido ao presidente da Câmara e assinado por 1/10 (um décimo), pelo menos, dos membros da Casa, deverá indicar expressamente entre matéria apreciada pela Comissão, o que será objeto de deliberação do Plenário.

§2º- Durante a fluência do prazo recursal o avulso da ordem do dia de cada sessão deverá consignar a data final para interposição do recurso.

§3º- Transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou impróvido este, a matéria será enviada à Redação Final ou arquivada, conforme o caso.

§4º- Aprovada a redação final pela Comissão competente, o projeto de lei torna à Mesa para ser encaminhado ao Poder Executivo no Prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art.56º- Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões, sobre projetos que com elas se encontrem para estudo.

-Parágrafo único- O Presidente da Câmara enviará o pedido ao presidente da respectiva Comissão a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Art.57º- As Comissões Especiais de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do Município.

SEÇÃO II

DA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES E DE SUAS MODIFICAÇÕES

Art.58º- Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à eleição da Mesa, por um período de 2 (dois) anos, mediante escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou Vereador ainda não eleito para nenhuma Comissão, ou finalmente o Vereador mais votado nas eleições municipais.

§1º- Far-se-á votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas, assinada pelos votantes, com indicação dos nomes mais votados e da legenda partidária respectiva.

§2º- Na organização das Comissões permanentes, obedecer-se-á ao disposto no art. 54º deste Regimento, mas não poderão ser eleitos para integra-las o Presidente da Câmara e o Vereador que não se achar em exercício, nem ao suplente deste.

§3º- O Vice-Presidente e o Secretário somente poderão participar de Comissão Permanente quando não seja possível compô-la de outra forma adequadamente.

Art.59º- As Comissões Especiais serão constituídas por proposta da Mesa ou por pelo menos 3 (três) Vereadores, através de resolução que atenderá ao disposto no art. 50º.

Art.60º- A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito ou a dirigente de entidade de Administração indireta.

§1º- Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de decreto legislativo aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores presentes.

§2º- Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópias de peças do inquérito à Justiça, visando a aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelo atos objeto da investigação.

Art.61º- O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado solicitar dispensa da mesma.

-Parágrafo único- Para o efeito do disposto neste artigo observar-se-á a condição prevista no art. 28º.

Art.62º- Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3 (três) reuniões consecutivas ordinárias, ou 5 (cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

§1º- A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar autenticidade da denúncia declarará vago o cargo.

§2º- Do ato do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de 3 (três) dias.

Art.63º- O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial.

-Parágrafo único- O disposto neste artigo não se aplica aos membros de Comissão Processante e de Comissão de Inquérito.

Art.64º- As vagas nas Comissões por renúncia, destituição, ou por extinção ou perda de mandato de Vereador serão supridas por qualquer Vereador por livre designação do Presidente da Câmara, observando o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 58º.

Art. 70º- Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da comissão Permanente, este designar-lhe-á relator em 48 (quarenta e oito) horas, se não se reservar a emissão do parecer o qual deverá ser apresentado em 7 (sete) dias.

Art. 71º- É de 10 (dez) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§1º- O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias, plano plurianual, do processo de prestação de contas do Município e triplicado quando se tratar de projeto de codificação.

§2º- O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar de matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentada à Mesa e aprovadas pelo Plenário.

Art. 72º- Poderão as Comissões solicitar, ao Plenário, a requisição ao Prefeito das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram a proposições sob a sua apreciação, caso em que, o prazo para emissão de parecer, ficará automaticamente prorrogado por tantos dias quantos restarem para o seu esgotamento.

-Parágrafo único- O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto, solicitem assessoramento externo de qualquer tipo, inclusive a instituição oficial ou não oficial.

Art. 73º- As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecerá como parecer.

§1º- Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando-o o relator como vencido.

§2º- O membro da Comissão que concordar com o relator, aporá ao pé do pronunciamento daquele a expressão "pelas conclusões" seguida de sua assinatura.

§3º- A aquiescência às conclusões do relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da Comissão que a manifestar usará a expressão "de acordo, com restrições".

§4º- O parecer da Comissão poderá sugerir substitutivo à proposição, ou emendas à mesma.

§5º- O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requerir o seu autor ao Presidente da Comissão e este defira o requerimento.

Art. 74º- Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o veto (ver art. 84º), produzirá, com o parecer projeto de decreto legislativo, propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo.

Art. 75º - Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças e Orçamento.

-Parágrafo único- No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art. 76º - Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer, por escrito, ao Plenário, a audiência da Comissão a qual a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

-Parágrafo único- Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos a que se referem os arts. 71º e 72º.

Art. 77º - Sempre que determinada proposição tenha tramitado de uma para outra Comissão, ou somente por determinada Comissão sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, inclusive na hipótese do art. 69º, VII, o Presidente da Câmara designará relator ad hoc para produzi-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

-Parágrafo único- Escoado o prazo do relator ad hoc sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria, ainda assim, será incluída na mesma ordem do dia da proposição a que se refira, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art. 78º - Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência especial, na forma do art. 144º, ou em regime de urgência simples, na forma do art. 145º e seu parágrafo único.

§ 1º - A dispensa do parecer será determinada pelo Presidente da Câmara, na hipótese do Art. 76º e de seu parágrafo único, quando se tratar das matérias dos arts. 84º e 85º, na hipótese do § 3º do art. 136º.

§ 2º - Quando for recusada a dispensa de parecer o Presidente em seguida sorteará relator para proferi-lo oralmente perante o Plenário antes de iniciar-se a votação de matéria.

SEÇÃO IV

DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 79º- Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal, e quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, e obrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções que tramitarem pela Câmara.

§2º- Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá aquele sua tramitação.

§3º- A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguinte casos:

- I- Organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- II- Criação de entidade de Administração indireta ou de fundação;
- III- Aquisição e alienação de bens imóveis;
- IV- Participação em consórcios;
- V- Concessão de licença ao Prefeito ou a Vereador;
- VI- Alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art. 80º- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

- I- Plano plurianual;
- II- Diretrizes orçamentárias;
- III- Proposta orçamentária;
- IV- Proposições referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

V. Proposições que fixem ou aumentem a remuneração do servidor e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara.

Art.81º- Compete à Comissão de obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados as atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

-Parágrafo único- A Comissão de Obras e Serviços Públicos opinará também, sobre a matéria do art. 79º, § 3º, III e sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e Suas alterações.

Art.82º- Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência apreciar obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivo:

I- Concessão de bolsas de estudo;

II- Reorganização administrativa da Prefeitura na áreas de educação e saúde;

III- Implantação de centros comunitários, sob auspício oficial;

Art.83º- As Comissões Permanentes as quais tenha sido distribuída determinada matéria, reunir-se-ão conjuntamente para proferir parecer único no caso de proposição colocada no regime de urgência especial de tramitação (ver art.144º) e sempre quando o decidam os respectivos membros, por maioria, na hipótese do art. 76º e do art. 79º §3º, I

* -Parágrafo único- Na hipótese deste artigo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, presidirá as Comissões reunidas, substituindo-o quando necessário, o Presidente da outra Comissão por ele indicado.

Art.84º- Quando ~~o texto de veto~~ ~~o texto de veto~~ ~~o texto de veto~~ se pronunciarem a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do art.83º.

Art.85º- A Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuída a proposta orçamentaria, das diretrizes orçamentarias, o plano plurianual e o processo referentes às contas do Município, este acompanhado de parecer prévio correspondente, sendo-lhe vedado solicitar a audiência de outra Comissão.

-Parágrafo único- No caso deste artigo, aplicar-se-á, se a Comissão não se manifestar no prazo, o disposto no §1º do art. 78º.

Art.86º- Encerrada a apreciação conclusiva da matéria sujeita à deliberação do Plenário pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a proposição e os respectivos pareceres são remetido à Mesa até a sessão subsequente, para serem incluídos na ordem do dia.

TÍTULO III DOS VEREADORES

CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO DA VEREANCIA

Art.87º - Os Vereadores são agentes políticos investido de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, eleitos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art.88º - É assegurado ao Vereador:

I- Participar de todas discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, o que comunicará ao Presidente;

II- Votar nas eleições da Mesa e das Comissões Permanentes;

III- Apresentar proposições e sugerir medidas que visem o interesse do coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

IV- Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V- Usar das palavras em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Art.89º - São deveres do Vereador, entre outros:

I- Quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei Orgânica do Município;

II- Observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III- Desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;

IV- Exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao seu desempenho, salvo disposto nos arts. 28º e 61º.

V- Comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontrar impedido;

VI- Manter o decoro parlamentar;

VII- Não residir fora do Município ;

VIII- Conhecer e observar o Regime Interno .

Art.90º- Sempre que o Vereador cometer , dentro do recinto da Câmara , excesso que deva ser reprimido , o Presidente conhecerá do fato e tomará as providencias seguintes , conforme a gravidade :

I- Advertência em Plenário ;

II- Casação da palavra ;

III- Determinação para retirar-se do Plenário ;

IV- Suspensão da sessão , para entendimento na sala da Presidência ;

V- Proposta de perda de mandato de acordo com a legislação vigente .

CAPÍTULO II

DA INTERRUPÇÃO E DA SUSPENÇÃO

DO EXERCÍCIO DA VEREANCIA E DAS VAGAS

Art.91º- O Vereador poderá licenciar-se , mediante requerimento dirigido à Presidência e sujeito à deliberação do Plenário , nos seguintes casos :

I- Por moléstia devidamente comprovada ;

II- Para tratar de interesse particulares , por prazo determinado nunca inferior a 30 (trinta) dias ou superior a 6 (seis) meses , não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença ;

§1º- A apreciação dos pedidos de licença se dará nos expedientes das sessões , sem discussão terá preferência sobre qualquer outra matéria , só podendo ser rejeitada por um quorum de 2/3 (dois terços) dos Vereadores presentes , na hipótese do inciso II .

§2º- Na hipótese do inciso I a sessão do Plenário será meramente homologatória .

§3º- O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente não será considerado licenciado , fazendo o Vereador jus a remuneração estabelecida .

Art.92º- As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda de mandato de Vereador .

§1º- A extinção se verifica por morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

§2º- A perda dar-se-á por deliberação do Plenário, na forma e nos casos previstos na legislação vigente.

Art.93º- A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo pelo Presidente, que a fará constar da ata; a perda do mandato se torna efetiva a partir do decreto legislativo, promulgado pelo Presidente, e devidamente publicado.

Art.94º- A renúncia do Vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art.95º- Em qualquer caso de vaga, licença e investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente uma eleição para eleger substituto.

§1º- O substituto convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para Vereador, a partir do conhecimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§2º- Em caso de vaga, não havendo substituto, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§3º- Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO III

DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Art.96º- São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art.97º- No início de cada sessão legislativa, os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

-Parágrafo único- Na falta de indicação, considerar-se-ão líderes e vice-líderes, respectivamente, o primeiro e segundo Vereador mais votado de cada bancada.

Art.98º- As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas as restrições constantes deste Regimento.

Art. 99º - As lideranças partidárias não poderão ser exercidas por integrantes da Mesa.

CAPÍTULO IV

DAS INCOMPATIBILIDADES E OS IMPEDIMENTOS

Art. 100º - As incompatibilidades de Vereador serão somente aquelas previstas na Constituição e na Lei Orgânica do Município.

Art. 101º - São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 102º - As remunerações do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão fixados pela Câmara Municipal no último ano da legislatura, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, determinando-se o valor em moeda corrente no País, vedada qualquer vinculação, devendo ser atualizadas pelo índice de inflação, com a periodicidade estabelecida no decreto legislativo e na resolução fixadores.

§1º - A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

§2º - A verba de representação do Prefeito Municipal não poderá exceder 2/3 (dois terços) de seus subsídios.

§3º - A verba de representação do Vice-Prefeito não poderá exceder à metade da que for fixada para o Prefeito Municipal.

Art. 103º - A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e parte variável, vedados acréscimos a qualquer título.

§1º - A verba de representação do Presidente da Câmara, que integra a remuneração, não poderá exceder 2/3 (dois terços) da que for fixada para o Prefeito Municipal.

§2º - É vedado, a qualquer outro Vereador perceber verba de representação.

§3º - No recesso, a remuneração dos vereadores será integral.

Art.104°- A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal.

Art.105°- Poderá ser prevista remuneração para as sessões extraordinária, desde que observada o limite fixado no artigo anterior.

Art.106°- A não fixação das remunerações do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Vereadores até a data prevista na Lei Orgânica Municipal implicará a suspensão do pagamento da remuneração dos Vereadores pelo restante do mandato.

-Parágrafo único- No caso da não fixação prevalecerá a remuneração do mês de dezembro do último ano da legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art.107°- Os Vereadores residentes em distritos longínquo do Município, que tenha especial dificuldade de acesso à sede da Edilidade para o comparecimento às sessões nesta sendo obrigado a pernoitar será concedida ajuda de custo, que será fixada em resolução.

Art.108°- Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara para fora do Município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação, exigida sempre que possível, a sua comprovação, na forma da lei.

TÍTULO IV

DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Art.109°- Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art.110°- São modalidades de proposição:

- I- Os projetos de lei;
- II- As medidas provisórias;
- III- Os projetos de decreto legislativo;
- IV- Os projetos de resolução;
- V- Os projetos substitutivos;
- VI- As emendas e subemendas;

VII- Os pareceres das Comissões Permanentes ;

VIII- Os relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;

IX- As indicações ;

X- Os requerimentos ;

XI- Os recursos ;

XII- As representações .

Art.111º- As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo autor ou autores.

Art.112º- Exceção feita às emendas e às subemendas, as proposições deverão conter emendas indicativa do assunto a que se referem.

Art.113º- As proposições consistentes em projeto de lei, decreto legislativo, resolução ou projeto substitutivo deverão ser oferecidas articuladamente, acompanhadas de justificação por escrito.

Art.114º- Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha a seu objeto.

CAPÍTULO II

DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art.115º- Os decretos legislativos destinam-se a regular a matéria de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, como as arroladas no art.46º V.

Art.116º- As resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara, como as arroladas do art.46º VI.

Art.117º- A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e aos Cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo, conforme determinação legal.

Art.118º- Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

-Parágrafo único- Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art.119º- Emenda é a proposição apresentada como assessoria de outra.

§1º- As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§2º- Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§3º- Emenda substitutiva é proposição apresentada como sucedânea de outra.

§4º- Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§5º- Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§6º- A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Art.120º- Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

§1º- O parecer será individual e verbal somente na hipótese do §2º do art.78º.

§2º- O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitarem a manifestação da Comissão, sendo obrigatória esse acompanhamento nos casos dos arts.74º, 143º e 222º.

Art.121º- Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito e por esta elaborada, que encerra as suas conclusões, sobre o assunto que motivou a sua constituição.

-Parágrafo único- Quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução.

Art.122º- Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Art.123º- Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio, sobre assunto do expediente ou da ordem do dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

§1º- Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitarem:

I- A palavra ou a desistência dela;

II- A permissão para falar sentado;

III- A leitura de qualquer ^{materia} ~~materia~~ para conhecimento do Plenário ;

IV- A observância de disposição regimental ;

V- A retirada , pelo autor , de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário ;

VI- A requisição de documento , processo , livro ou publicação existentes na Câmara sobre proposição em discussão ;

VII- A justificativa de voto e sua transcrição em ata ;

VIII- A retificação de ata ;

IX- A verificação do quorum ;

§2º- Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem :

I- Prorrogação de sessão ou dilação da própria prorrogação (ver art. 149º e parágrafos) ;

II- Dispensa de leitura da ^{materia} ~~materia~~ constante de ordem do dia ;

III- Destaque de materia para votação (ver art. 200º) ;

IV- Votação a descoberto ;

V- Encerramento de discussão (ver art. 184º) ;

VI- Manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com materia em debate ;

VII- Voto de louvor , congratulações , pesar o repudio ;

§3º- Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre :

I- Renúncia de cargo da Mesa ou Comissão ;

II- Licença de Vereador ;

III- Audiência de Comissão Permanente ;

IV- Juntada de documentos ao processo ou seu desentranhamento ;

V- Inserção de documento em ata ;

VI- Preferência para discussão de materia ou redução de interstício regimental por discussão ;

VII- Inclusão de proposição em regime de urgência ;

VIII- Retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário ;

IX- Anexação de proposição com objeto idêntico ;

X- Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares ;

XI- Constituições de Comissões Especiais ;

XII- Convocação de Secretário Municipal ou ocupantes de cargos da mesma natureza para presta esclarecimentos em Plenário .

Art.124º- Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente , nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno .

Art.125º- Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara ou ao Plenário visando a destituição de membros de Comissão Permanentes , ou a destituição de membro da Mesa , respectivamente , nos casos previstos neste Regimento Interno .

▲ -Parágrafo único- Para efeitos regimentais , equipara-se à representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador , sobre a acusação de pratica de lícito político-administrativo .

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO

Art.126º- Exceto nos casos dos incisos V, VI e VII do art.110º e nos de projetos substitutivos oriundos das Comissões todas as demais proposições serão apresentadas na secretaria da Câmara , que as carimbará com designação da data e as numerará fixando-as , em seguida , e encaminhando-as ao Presidente .

Art.127º- Os projetos substitutivos das Comissões , os vetos , os pareceres , bem como os relatórios das Comissões Especiais , serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara .

Art.128º- As emendas e subemendas serão apresentadas à mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão em cuja ordem do dia se ache incluída a proposição a que se referem , para fins de sua publicação , a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates , ou se se tratar do projeto em regime de urgência , ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores .

§1º- As emendas à proposta orçamentaria , à lei de diretrizes orçamentarias e ao plano plurianual serão oferecidas no prazo de 10(dez) dias a partir da inserção da matéria no expediente .

§2º- As emendas ao projetos de codificação serão apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art.129º- As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantas forem os acusados.

Art.130º- O Presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

I- Que vise delegar a outro poder atribuições privativas do legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;

II- Que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;

III- Que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do legislativo;

IV- Que seja formalmente inadequada, por não observados os requisitos dos arts. 111º, 112º, 113º e 114º;

V- Quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo, não observar restrição Constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

VI- Quando a indicação versar sobre matéria que, em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;

VII- Quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes.

-Parágrafo único- Exceto nas hipóteses dos incisos II e V, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário, no prazo de 10 (dez) dias o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art.131º- O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do projeto ou da emenda, conforme o caso.

-Parágrafo único- Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto seja destacada para constituírem projetos separados.

Art.132º- As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário ou com a anuência deste, em caso contrário.

§1º- Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos a requeiram.

§2º- Quando o autor for o Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício não podendo ser recusada.

Art.133º- No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todas proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas à deliberação em prazo certo.

-Parágrafo único- O Vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

Art.134º- Os requerimentos a que se refere o §1º do art.123º serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestado contra expressa disposição regimental, sendo irrecurável a decisão.

CAPÍTULO IV

DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art.135º- Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 3 (três) dias, observado o disposto neste capítulo.

Art.136º- Quando a proposição consistir em projeto de lei, de medida provisória, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada pelo Presidente às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

§1º- No caso do §1º do art.128º, o encaminhamento só se fará após escoado prazo para emendas ali previsto.

§2º- No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo à sua própria autora.

▲ §3º- Os projetos originários elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência, dispensarão pareceres para a sua apreciação pelo Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a sua audiência não for obrigatória, na forma deste Regimento.

Art.137º- As emendas a que se referem os §1º e §2º do art.128º serão apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária; as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões quando aprovadas pelo Plenário retornando-lhes, então, o processo.

Art.138º- Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a matéria será incontinentemente encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que proceder na forma do art. 84º.

Art.139º- Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem .

Art.140º- As indicações , após lidas no expediente , serão encaminhadas , independentemente de deliberação do Plenário , por meio de ofício , a quem de direito , através do Secretário da Câmara .

-Parágrafo único- No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada , dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente , cujo parecer será incluído na ordem do dia , independentemente de sua prévia figuração no expediente .

Art.141º- Os requerimentos a que se referem os §2º e §3º do art.123º serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação , independentemente de sua inclusão no expediente ou na ordem do dia .

§1º- Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o §3º do art.123º , com exceção daqueles dos incisos III , IV , V , VI e VII , se o fizer ficara remetida ao expediente e à ordem do dia da sessão seguinte .

§2º- Se tiver havido solicitação de urgência simples para o requerimento que o Vereador pretende discutir , a própria solicitação entrará em tramitação na sessão em que for apresentada e , se for aprovada , o requerimento a que se refere será objeto de deliberação em seguida .

Art.142º- Durante os debates , na ordem do dia , poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido . Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação de Plenário , sem prévia discussão , admitindo-se , entretanto , encaminhamento de votação pelo proponentes e pelos líderes partidários .

Art.143º- Os recursos contra atos do Presidente da Câmara , serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias , contados da data de ciência da decisão , por simples petição e distribuídos à Comissão de Legislação , Justiça e Redação Final , que emitirá parecer acompanhado de projeto de resolução .

Art.144º- A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário , mediante provocação por escrito da Mesa ou de Comissão quando autora de proposição de assunto de sua competência privativa ou especialidade , ou ainda por proposta da maioria absoluta dos membros da Edilidade .

§1º- O Plenário somente concedera a urgência especial quando a proposição , por seus objetivos , exigir apreciação pronta , sem o que perdera a oportunidade ou a eficácia .

§2º- Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer , será feito o levantamento da sessão para que se pronunciem as Comissões competentes em conjunto , imediatamente , após o que o projeto será colocado na ordem do dia da própria sessão .

§3º- Caso não seja possível obter-se de imediato o parecer conjunto das Comissões competentes; o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art.145º- O regime de urgência simples será concedida pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

-Parágrafo único- Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias:

I- A proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias, plano plurianual, a partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II- Os projetos de lei do Executivo sujeitos à apreciação em prazo certo, a partir das 3(três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III- O veto, quando escoado 2/3 (duas terças) partes do prazo para sua apreciação;

IV- A medida provisória, quando escoadas 2/3 (duas terças) partes do prazo para sua apreciação.

* Art. 146º- As proposições em regime de urgência especial ou simples, e aqueles com pareceres, ou para as quais não sejam estes exigíveis, ou tenham sido dispensados, prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no título V.

Art.147º- Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão, ouvida a Mesa.

TÍTULO V

DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I

DAS SESSÕES EM GERAL

Art.148º- As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurado o acesso do público em geral.

§1º- Para assegurar-se a publicidade às sessões da Câmara, publicar-se-ão a pauta e resumo dos trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§2º- Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

I- Apresente-se convenientemente trajado;

II- Não porte arma;

III- Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV- Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário;

V- Atenda as determinações do Presidente.

§3º- O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que se julgar necessário.

Art.149º- As sessões ordinárias serão semanais, realizando-se nos dias úteis, com a duração de até 4 (quatro) horas, das 17 (dezessete) horas até às ... horas, com um intervalo de 15 (quinze) minutos entre o término do expediente e o início da ordem do dia.

§1º- A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessária, jamais inferior a 15 (quinze) minutos, à conclusão de votação de matéria já discutida.

§2º- O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento, e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes da ordem do dia.

§3º- Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, obedecido, no que couber, o disposto no parágrafo anterior, devendo o novo requerimento ser oferecido até 5 (cinco) minutos antes do término daquela.

§4º- Havendo 2 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação, será votado o que visar menor prazo prejudicados os demais.

Art.150º- As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e qualquer hora, inclusive domingos e feriados ou após as sessões ordinárias.

§1º- Somente se realizarão sessões extraordinária quando se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, e a sua convocação dar-se-á na forma estabelecida no §1º do art.154º deste Regimento.

§2º- A duração e a prorrogação de sessões extraordinária regem-se pelo disposto do art.149º e parágrafos, no que couber.

Art.151º- As sessões selenas realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

-Parágrafo único- As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

Art.152º- A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta dos seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

-Parágrafo único- Deliberada a realização de sessões secretas, ainda que para realiza-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências dos assistentes, dos servidores da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão.

~~Art.153º- As sessões da Câmara serão realizadas no recinto destinado a seu funcionamento, considerando-se inexistente as que se realizarem noutra local salvo motivo de força maior devidamente reconhecida pelo Plenário.~~

-Parágrafo único- Não se considerará como falta a ausência de Vereador à sessão que se realize fora da sede da Edilidade.

Art.154º- A Câmara observará o recesso legislativo determinado na Lei Orgânica do Município.

§1º- Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em sessão legislativa extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, para apreciar matéria de interesse público relevante e urgente.

§2º- Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art.155º- A Câmara somente se reunirá, quando tenha comparecido, à sessão pelo menos 1/5 (um quinto) dos Vereadores que a compõem.

-Parágrafo único- O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art.156º- Durante as sessões somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§1º- A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir à sessão, as autoridades públicas federais, estaduais, distritais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§2º- Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderá usar da palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo legislativo.

Art.157º- De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

157

§1º- As proposições e os documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com a menção do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovada pelo Plenário.

§2º- A ata de sessão secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, lacrada e arquivada, com rotulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§3º- A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão com qualquer numero, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art.158º- As sessões ordinárias compõe-se de duas partes: o expediente e a ordem do dia.

Art.159º- À hora do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o Presidente, havendo numero legal, declarará aberta a sessão.

Parágrafo único- Não havendo numero legal, o Presidente efetivo ou eventual aguardará durante 15 (quinze) minutos que aquele se complete e, caso assim não ocorra fará lavrar ata sintética pelo Secretário efetivo ou ad hoc, com registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da sessão.

Art.160º- Havendo numero legal, a sessão se iniciará com o expediente, o qual terá a duração máxima de 90 (noventa) minutos, destinado-se à discussão da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origem.

§1º- Nas sessões em que esteja incluído na ordem do dia o debate da proposta orçamentaria, das diretrizes orçamentaria e do plano plurianual, o expediente será de 30 (trinta) minutos.

§2º- No expediente serão objetos de deliberação pareceres sobre matérias não constantes na ordem do dia, requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além da data da sessão anterior.

§3º- Quando não houver numero legal para deliberação no expediente, as matérias a que se refere o §2º, automaticamente ficarão transferidas para o expediente da sessão seguintes.

Art. 161° - A ata da sessão anterior ficará a disposição dos Vereadores, para verificação, 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão seguinte; ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§1° - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo ou em parte, mediante aprovação do requerimento pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

§2° - Se o pedido de retificação não for contestado pelo Secretário, a ata considerada aprovada com a retificação; caso contrário o Plenário deliberará a respeito.

§3° - Levantada impugnação sobre os termos da ata o Plenário deliberará a respeito; aceita a impugnação, será lavrada nova ata.

§4° - Aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§5° - Não poderá impugnar a ata Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

Art. 162° - Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo à seguinte ordem:

- I- Expedientes oriundos do Prefeito
- II- Expedientes oriundos de diversos
- III- Expedientes apresentados pelos Vereadores

Art. 163° - Na leitura da matéria pelo Secretário, obedecer-se-á à seguinte ordem:

- I- Projetos de lei
- II- Medida provisória;
- III- Projetos de decretos legislativos;
- IV- Projeto de resolução

Art. 164° - Terminada a leitura da matéria em pauta, verificará o Presidente o tempo restante do expediente, o qual deverá ser dividido em duas partes iguais, dedicadas respectivamente ao pequeno e grande expediente.

§1° - O pequeno expediente destina-se a breves comunicações ou comentários individualmente, jamais por tempo superior a 5 (cinco) minutos, sobre a matéria apresentada, para o que o Vereador deverá se inscrever previamente em lista especial controlada pelo Secretário.

§2° - Quando o tempo restante do pequeno expediente for inferior a 5 (cinco) minutos, será incorporado ao grande expediente.

§3º- No grande expediente, os Vereadores, inscritos também em lista própria pelo Secretário, usarão a palavra pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

§4º- ~~O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no pequeno expediente, poderá sê-lo no grande expediente;~~ mas, neste caso ser-lhe-á assegurado o uso da palavra prioritariamente nas sessões seguintes, para complementar o tempo regimental, independentemente de nova inscrição, facultando-se-lhe de desistir.

§5º- Quando o orador inscrito para falar no grande expediente deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição automaticamente será transferida para a sessão seguinte.

§6º- O Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser inscrito de novo em último lugar.

Art.165º- Finda a hora do expediente, por se ter esgotado o tempo, ou por falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental, passar-se-á matenha constante da ordem do dia.

§1º- Para a ordem do dia, far-se-á verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver a maioria absoluta dos Vereadores.

§2º- Não se verificando o quorum regimental, o Presidente aguardará por 15 (quinze) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

Art.166º- Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na ordem do dia regularmente publicada, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das sessões, salvo disposição em contrário da Lei Orgânica do Município.

-Parágrafo único- Nas sessões em que devam ser apreciadas a proposta orçamentaria, as diretrizes orçamentarias e o plano plurianual nenhuma outra matéria figurará na ordem do dia.

Art. 167º- A organização da pauta da ordem do dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

- I- Matérias em regime de urgência especial;
- II- Matérias em regime de urgência simples;
- III- Medidas provisórias;
- IV- Vetos;
- V- Matérias em redação final;
- VI- Matérias em discussão única;
- VII- Matérias em segunda discussão;

VIII- Matérias em primeira discussão ;

IX- Recursos ;

X- Demais proposições ;

-Parágrafo único- As matérias , pela ordem de preferência , figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aquelas de mesma classificação .

*Art.168º- O Secretário procederá à leitura do que houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador , com aprovação do Plenário .

Art.169º- Esgotada a ordem do dia , anunciará o Presidente , sempre que possível , a ordem do dia da sessão seguinte , fazendo distribuir resumo da mesma aos Vereadores e , se ainda houver tempo em seguida , concederá palavra para explicação pessoal aos que tenham solicitado , ao Secretário , durante a sessão , observadas a precedência da inscrição e o prazo regimental .

Art.170º- Não havendo mais oradores para falar em explicação pessoal , ou se quando ainda os houver , achar-se , porém , esgotado o tempo regimental , o Presidente declarará encerrada a sessão .

CAPÍTULO III

DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art.171º- As sessões extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do Município mediante comunicação escrita aos Vereadores , com a antecedência de 5 (cinco) dias ou em regime excepcional a ser definido pelo Presidente e afixação de edital , ao átrio do edifício da Câmara , que poderá ser reproduzido pela imprensa local .

-Parágrafo único- Sempre que possível , a convocação far-se-á em sessão caso em que será feita comunicação escrita apenas aos ausentes à mesma .

Art.172º- A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de ordem do dia , em que se cingirá à matéria objeto de convocação , observando-se quanto à aprovação da ata da sessão anterior , ordinária ou extraordinária , o disposto no art.160º e seus parágrafos .

-Parágrafo único- Aplicar-se-ão , às sessões extraordinárias no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias .

CAPÍTULO IV
DAS SESSÕES SOLENES

Art.173º- As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, por escrito, indicando a finalidade da reunião.

§1º- Nas sessões solenes não haverá expediente nem ordem do dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

§2º- Não haverá tempo pré-determinado para o encerramento de sessões solenes.

§3º- Nas sessões solenes, somente poderão usar da palavra, além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que propôs a sessão como orador oficial da cerimonia e as pessoas homenageadas.

TÍTULO VI
DAS DISCUSSÕES E DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I
DAS DISCUSSÕES

Art.174º- Discussão é o debate pelo Plenário de proposição figurante na ordem do dia antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§1º- Não estão sujeitos a discussão:

I- As indicações, salvo disposto no parágrafo único do art.140º;

II- Os requerimentos a que se refere o §2º do art.123º;

III- Os requerimentos a que se refere os incisos I a V §3º art.123º;

§2º- O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I- De qualquer projeto com objeto idêntico ao de outros que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta ultima hipótese, aprovação pela maioria dos membros do legislativo;

II- Da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III- De emendas ou subemendas idênticas a outra já aprovada ou rejeitada;

IV- De requerimento repetitivo.

Art.175º- A discussão da matéria constantes da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara,

→ Art.176º- Terão uma única discussão as seguintes matérias:

I- As que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II- As que se encontrarem em regime de urgência simples;

III- Os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV- A medida provisória;

V- O veto;

VI- Os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VII- Os requerimentos sujeitos a debate.

Art.177º- Terão 2 (duas) discussões todas as matérias não incluídas no art.176º.

-Parágrafo único- Os projetos de resolução que disponham sobre o quadro de pessoal da Câmara serão discutidos com o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a primeira e segunda discussões.

Art.178º- Na primeira discussão debater-se-á, separadamente, artigo por artigo do projeto; na segunda discussão, debater-se-á o projeto em bloco.

§1º- Por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir da apreciação global do projeto.

§2º- Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debitado por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§3º- Quando se tratar de proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias e plano plurianual, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.

Art.179º- Na discussão única e na primeira discussão serão recebidos emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão, somente se admitirão emendas e subemendas.

Art.180º- Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objetos de exame das Comissões Permanentes a que esteja afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeitá-los ou aprová-los com dispensa de parecer.

Art.181º- Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art.182º- Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

-Parágrafo único- O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivos do mesmo autor da proposição originária, o qual preferirá esta.

Art.183º- O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§1º- O adiamento aprovado será por tempo determinado.

§2º- Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado de preferência o que marcar menor prazo.

§3º- Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

§4º- O adiamento poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista se-á sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um.

Art.184º- O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

-Parágrafo único- Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 2 (dois) Vereadores favoráveis à proposição e 2 (dois) contrários entre os quais o autor do requerimento salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II

DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Art.185º- Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

I- Falar de pé, exceto se se tratar do Presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo requererá ao Presidente autorização para falar.

II- Dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte.

III- Não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente.

IV- Referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência.

Art.186º- O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronuncia e não poderá:

- I- Desviar-se da matéria em debate;
- II- Falar sobre matéria vertida;
- III- Usar da palavra com finalidade diferente do motivo alegado para a solicitar;
- IV- Usar de linguagem imprópria;
- V- Ultrapassar o prazo que lhe competir;
- VI- Deixar de atender às advertências do Presidente.

Art.187º- O Vereador somente usará da palavra:

- I- No expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata ou quando se achar regularmente inscrito;
- II- Para discutir matérias em debate, encaminhar votação ou justificar seu voto;
- III- Para apartear, na forma regimental;
- IV- Para explicação pessoal;
- V- Para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;
- VI- Para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;
- VII- Quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art.188º- O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

- I- Para leitura de requerimento de urgência;
- II- Para comunicação importante à Câmara;
- III- Para recepção de visitantes;
- VI- Para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V- Para atender a pedido de palavra "pela ordem", sobre questão regimental.

Art.189º- Quando mais de 1(um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem :

- I- Ao autor da proposição em debate ;
- II- Ao relator do parecer e n apreciação ;
- III- Ao autor da emenda ;
- IV- Alternadamente , a quem seja pró ou contra a matéria em debate .

Art.190º- Para o aparte ou interrupção do orador por outro para indagação ou comentario relativamente à matéria em debate , observar-se-á o seguinte :

I- O aparte devera ser expesso em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos ;

II- Não serão permitidos apartes paralelos , sucessivos ou sem licença expressa do orador ;

III- Não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala "pela ordem", em explicação pessoal , para encaminhamento de votação ou para decalcação de voto ;

IV- O aparteante permanecerá de pé quando apartear e enquanto ouve a resposta do apartado .

Art.191º- Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra :

I- 3 (três) minutos para apresentar o requerimento de retificação ou impugnação de ata , falar pela ordem , apartear e justificar requerimento de urgência especial ;

II- 5 (cinco) minutos para falar no pequeno expediente , encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir explicação pessoal ;

III- 10 (dez) minutos para discutir requerimento , indicação , redação final, artigo isolado de proposição e veto ;

IV- 15 (quinze) minutos para discutir projeto de decreto legislativo ou de resolução, processo de casação de Vereador e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade do projeto ;

V- 30 (trinta) minutos para falar no grande expediente e para discutir projeto de lei , proposta orçamentaria , diretrizes orçamentarias , plano plurianual , prestação de contas e destituição de membro da Mesa .

-Parágrafo único- Será permitida a cessão de tempo de uma para outro orador .

CAPÍTULO III DAS DELIBERAÇÕES

Art.192º- As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

-Parágrafo único- Para efeito de quorum computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art.193º- A deliberação se realiza através da votação.

-Parágrafo único- Considerar-se-á qualquer matéria em face de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art.194º- O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

-Parágrafo único- Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Art.195º- Os processos de votação são 2 (dois): simbólico e nominal.

§1º- Processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§2º- O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de votação através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art.196º- O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§1º- Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente interferir-la.

§2º- não se admitirá segunda verificação do resultado da votação.

§3º- O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para recontagem dos votos.

Art.197º- A votação será nominal nos seguintes casos:

I- Eleição da Mesa ou destituição de membro da Mesa;

II- Eleição ou destituição de membro da Comissão Permanente;

III- Julgamento das contas do Município

IV- Perda de mandato de Vereador

V- Apreciação de veto e de medida provisória

VI- Requerimento de urgência especial

VII- Criação ou extinção de cargos, empregos ou funções da Câmara

-Parágrafo único- Na hipótese dos incisos I, III e IV o processo de votação será o indicado no art. 22º, § 4º.

Art. 198º- Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já escolhidos serão considerados prejudicados.

-Parágrafo único- Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo de acometimento de mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art. 199º- Antes de iniciar-se a votação, será assegurada a cada uma das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas uma vez para propor a seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

-Parágrafo único- Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar de proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias, do plano plurianual, de julgamento de contas do Município, do processo cassatório ou de requerimento.

Art. 200º- Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário, que aprecie isoladamente determinadas partes de texto de proposição, votando-as em destaque para rejeitá-las ou aprova-las preliminarmente.

-Parágrafo único- Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentaria, das diretrizes orçamentarias, do plano plurianual, de medida provisória, de veto, do julgamento das contas do Município e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art. 201º- Terão preferência para votação emendas supressivas e as emendas e substitutivos oriundos das Comissões.

-Parágrafo único- Apresentadas 2 (duas) ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo requerimento apreciado pelo Plenário independente de discussão.

Art. 202º- Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, devere o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer antes de entrar na consideração do projeto.

Art.203^o- O Vereador poderá, ao votar, fazer declarações de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

-Parágrafo único- A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art.204^o- Enquanto Presidente não haja proclamado o resultado da votação o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art.205^o- Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-lo perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

-Parágrafo único- Na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art.206^o- Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas ou de projeto de lei substitutivos, será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para adequar o texto à correção vernacular.

-Parágrafo único- Cateará à Mesa a redação final dos decretos legislativo e de resolução.

Art.207^o- A redação final será discutida e votada depois de sua publicação salvo se o Plenário dispensar a requerimento de Vereador.

§1^o- Admitir-se-á emenda à redação final somente quando seja para despojá-lo de obscuridade, contradição ou impropriedade lingüística.

§2^o- Aprovada a emenda, votará a matéria à Comissão para nova redação final.

§3^o- Se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhado a Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovada se contra ela não votar a maioria absoluta dos componentes da Edilidade.

Art.208^o- Aprovado pela Câmara um projeto de lei, este será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autografados.

-Parágrafo único- Os originais dos projetos de lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

CAPÍTULO IV

DA CONCESSÃO DE PALAVRA AOS CIDADÃOS EM SESSÕES E COMISSÕES

Art.209º- O cidadão que de sejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão do projetos de lei , inclusive as de iniciativa popular , para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial em Secretaria da Câmara , antes de iniciada a sessão .

-Parágrafo único- Ao se inscrever na secretaria da Câmara , o interessado deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará , não lhe sendo permitido abordar tema que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição .

Art.210º- Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderá fazer uso da palavra em cada sessão .

Art.211º- ressalvada a hipótese de expressa determinação do Plenário em contrário , nenhum cidadão poderá usar a tribuna da Câmara , nos termos deste Regimento por período maior que 7 (sete) minutos sob pena de ter a palavra cassada .

-Parágrafo único- Será igualmente cassada a palavra ao cidadão que usar de linguagem incompatível com a dignidade da Câmara .

Art.212º- O Presidente da Câmara promoverá ampla divulgação da pauta da ordem do dia das sessões do Legislativo , que deverá ser publicada com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das sessões .

Art.213º- Qualquer associação de classe , clubes de serviços ou entidade comunitária do Município poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões , junto às Comissões do Legislativo , sobre projetos que nelas se encontrem para estudo .

-Parágrafo único- O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão , a quem caberá definir ou indeferir o requerimento , indicando se o caso , dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração .

TÍTULO VII
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL
E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

CAPÍTULO I
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

SEÇÃO I
DO ORÇAMENTO

Art.214º- Recebida do Prefeito a proposta orçamentaria, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publica-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores para parecer.

-Parágrafo único- No lecenio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do art.128º.

Art.215º- A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findo os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira sessão desimpedida.

Art.216º- Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental (ver art.191º, V) sobre o projeto e as emendas assegurando-se preferência ao relator, do parecer, da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas no uso da palavra;

Art.217º- Se forem aprovadas as emendas, dentro de 3 (três) dias a matéria retornará à Comissão de Finanças e Orçamento para incorpora-las ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

-Parágrafo único- Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art.218º- Aplicam-se as no mas desta sessão à proposta do plano plurianual e das diretrizes orçamentarias.

SEÇÃO II

DAS CODIFICAÇÕES

Art.219º- Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria , de modo orgânico e sistemático , visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada .

Art.220º- Os projetos de codificação , depois de apresentados em Plenário , serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, observando-se para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

§1º- Nos 15 (quinze) dias subsequentes , poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sujeitos a respeito ;

§2º- A critério da Comissão de Legislação ,Justiça e Redação Final , poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria , desde que haja recursos para atender à despesa específica ficando nessa hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§3º- A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer , incorporando as emendas apresentadas que julgar conveniente ou produzindo outras , em conformidade com as sugestões recebidas .

§4º- Exarado parecer ou , na falta deste , observado disposto nos arts. 77º e 78º, na que couber o processo se incluirá na pauta da ordem do dia mais próxima possível.

Art.221º- Na primeira discussão observar-se-á o disposto no §2º do art 178º.

§1º- Aprovado em primeira discussão , voltará o processo à Comissão por mais de 10 (dez) dias para incorporação das emendas aprovadas .

§2º- Ao atingir este estágio o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos .

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

SEÇÃO I

DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art.222º- Recebido o parecer prévio do tribunal de contas, independente de leitura em Plenário o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento acompanhado do Projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.

§1º- Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§2º- Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como, mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

Art.223º- O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamentos sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

-Parágrafo único- Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

Art.224º- Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterá os motivos de discordância.

-Parágrafo único- A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Art.225º- Nas sessões em que se devem discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a 30 (trinta) minutos e a ordem do dia será destinada exclusivamente à matéria.

SEÇÃO II

DO PROCESSO DE PERDA DE MANDATO

Art.226º- A Câmara processará o Vereador pela prática de infração politico-administrativa definida na legislação incidente observadas as normas adjetivas, inclusive quorum, estabelecidas nessa mesma legislação :

-Parágrafo único- Em qualquer caso, assegurar-se-á ao acusado plena defesa .

Art.227º- O julgamento far-se-á em sessão ou sessões extraordinárias para esse efeito convocadas .

Art.228º- Quando a deliberação for o sentido de culpabilidade do acusado expedir-se-á decreto legislativo de perda de mandato do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral

SEÇÃO III

DA CONVOCAÇÃO DO SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art.229º- A Câmara poderá convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargo da mesma natureza para prestarem informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo .

Art.230º- A convocação deverá ser requerida , por escrito por qualquer Vereador ou Comissão , devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário .

-Parágrafo único- O requerimento deverá indicar , explicitamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado .

Art.231º- Aprovado o requerimento , a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente , em nome da Câmara , indicando dia e hora para comparecimento , e dando ao convocado ciência do motivo de sua convocação .

Art.232º- Aberta a sessão , o Presidente da Câmara exporá ao Secretário Municipal , que se assentará à sua direita , os motivos da convocação e , em seguida , concederá a palavra aos oradores inscitos com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para as indagações que desejarem formular , assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da Comissão que a solicitou .

§1º- O Secretário Municipal poderá incumbir assessores que acompanhem na ocasião , de responder as indagações ;

§2º- O Secretário Municipal , ou o assessor , não poderá ser aparteado na sua exposição .

Art.233º- Quando nada mais houver a indagar ou a responder , ou quando escoado o tempo regimental , o Presidente encerrará a sessão , agradecendo ao Secretário Municipal , em nome da Câmara , o comparecimento .

Art.234º- A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao prefeito por escrito , caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessário á elucidação dos fatos .

-Parágrafo único- O Prefeito deverá responder às informações observado o prazo indicado na Lei Orgânica do Município , ou se esta for omissa , o prazo de 15 (quinze) dias , prorrogável por outro tanto por solicitação daquele .

Art.235º- Sempre que o Prefeito se recusar a prestar informação á Câmara , quando devidamente solicitado , o autor da proposição deverá produzir denúncia para efeito de casação do mandato do infrator .

SEÇÃO IV

DOS PROCESSOS DESTITUITÓRIO

Art.236º- Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa , o Plenário , conhecendo da representação , deliberará , preliminarmente , em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante , sobre o processamento da matéria .

§1º- Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação , atuada a mesma pelo Secretário , o Presidente ou seu substituto legal , se for ele o denunciado , determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três) , sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído .

§2º- Se houver defesa , quando esta for anexada aos autos , com os documentos que a acompanharem , o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação ou retirá-la , no prazo de 5 (cinco) dias .

§3º- Se não houver defesa , ou , se havendo , o representante confirmar a acusação , será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para apreciação da matéria , na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e acusação , até o máximo de 3 (três) para cada lado .

§4º- Não poderá funcionar como relator qualquer membro da Mesa .

§5º- Na sessão , o relator , que se assessorará de servidor da Câmara , inquirirá as testemunhas perante o Plenário , podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas do que se lavrará assentada .

§6º- Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§7º- Se o Plenário decidir, por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

TÍTULO VIII

DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

CAPÍTULO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art.237º- As interpretações de disposição do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara, em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art.238º- Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cuja decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Art.239º- Questão de ordem e toda dúvida levantada em Plenário quanto a interpretação e a aplicação do Regimento.

-Parágrafo único- As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena do Presidente as repelir sumariamente.

Art.240º- Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§1º- O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para parecer.

§2º- O Plenário, em face de parecer, decidirá o caso concreto considerando-se a deliberação como prejudgado.

Art.241º- Os precedentes a que se referem os arts. 237º, 239º e 240º §2º serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

CAFÍTULO II

DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DE SUA REFORMA

Art.242º- A Secretaria da Câmara fará produzir periodicamente este Regimento , enviando cópias à Biblioteca Municipal , ao Prefeito , ao Governador do Estado , ao Presidente da Assembléia Legislativa , a cada um dos Vereadores e às instituições interessada em assuntos municipais .

Art.243º- Ao fim de cada ano legislativo a Secretaria da Câmara , sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, elaborará e publicará separata a este Regimento , contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados e os precedentes regimentais firmados .

Art.244º- Este Regimento Interno somente poderá ser alterado , reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da Edilidade mediante proposta :

I- De 1/3 (um terço) , no mínimo , dos Vereadores ;

II- Da Mesa ;

III- De uma das Comissões da Câmara .

TÍTULO IX

DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art.245º- Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria e reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente .

Art.246º- As determinações do Presidente à Secretaria sobre expedientes serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias .

Art.247º- A Secretaria fornecerá aos interessados , no prazo de 15 (quinze) dias , as certidões que tenham requerido ao Presidente , para defesa de direitos e esclarecimentos de situação de interesse pessoal , bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais , independentemente de despacho , no prazo de 5 (cinco) dias .

Art.248º- A Secretaria manterá os registros necessários aos serviços da Câmara .

§1º- São obrigatórios os seguintes livros :

- I- Livro de atas das sessões
- II- Livro de atas das reuniões das Comissões Permanentes
- III- Livro de registros de leis
- IV- Decretos legislativos ;
- V- Resoluções ;
- VI- Livro de atos da Mesa e atos da Presidência
- VII- Livro de termos de posse de servidores ;
- VIII- Livro de termos de contratos ;
- IX- Livro de precedentes regimentais .

§2º- Os livros serão abertos , rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa

Art.249º- Os papeis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com simbolo identificativo , conforme ato da Presidência .

Art.250º- As despesas da Câmara , dentro dos limites das disponibilidades orçamentarias consignadas no orçamento do Município e dos créditos adicionais , serão ordenadas pelo Presidente da Câmara .

Art.251º- A movimentação financeira dos recursos orçamentarios da Câmara será efetuada em instituições financeiras oficiais , cabendo a tesouraria movimentar os recursos que lhe forem liberados .

Art.252º- As despesas mitidas de pronto pagamento definidas em lei especifica poderão ser pagas mediante a adoção do regime de adiantamento .

Art.253º- A contabilidade da Câmara encaminhará as suas demonstrações até o dia 15 (quinze) de cada mês , para fins de incorporação à contabilidade central da Prefeitura .

Art.254º- No período de 15 de abril a 13 de junho de cada exercício , na Secretaria da Câmara e no horário de seu funcionamento as contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos para exame e apreciação , na forma estabelecida da Lei Orgânica Municipal .

TÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.255º- A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa .

Art.256º- Nos dias de sessão deverão estar hasteadas , no edifício e no recinto do Plenário , as bandeiras do País , do Estado e do Município , observada a legislação federal .

Art.257º- Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município .

Art.258º- Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irreleváveis , contando-se o dia do seu começo e o dia do seu término e somente se suspendendo por motivo de recesso .

Art.259º- À data de vigência deste Regimento , ficarão prejudicados quaisquer projeto de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior .

Art.260º- Fica mantido na sessão legislativa em curso , o número de membros da Mesa e das Comissões Permanentes .

Art.261º- Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário .

Sala das Sessões , 07 de dezembro de 1990.

Samuel Hedene Cunha Macêdo
Presidente

Eliude dos Santos Reis
1º Secretário

Donato Andrade Júnior
2º Secretário